

XVII JORNADA ACADÊMICA DO MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS PARA A EDUCAÇÃO



EDUCAR A RAÇA, GOVERNAR A VIDA: UM BREVE RESUMO DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E EUGENIA

Cristian Moreira Fraga
Universidade de Santa Cruz do Sul

Eixo 4 – Políticas públicas, currículo e sociedade

O presente trabalho é um breve resumo da dissertação denominada como *Educar a raça, governar a vida: Biopolítica e a Produção de Sujeitos no Boletim de Eugenia (1929-1933)*, a qual será apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul - RS (PPGEdu/UNISC), que busca analisar e problematizar as proposições, referentes à educação, presentes no periódico *Boletim de Eugenia (1929-1933)*. Visando compreender qual era a importância, função e as características de uma educação ideal para o movimento eugenista brasileiro, a pesquisa buscou compreender como esses discursos, que perpetuavam o racismo científico, subjetivavam a população das primeiras décadas do século XX, influíram nas decisões de Estado, além de verificar as suas permanências na sociedade brasileira contemporânea.

Foram analisados os 42 exemplares do periódico eugenista que circularam de 1929 a 1933, marcos legais (como as Constituições federais de 1934 e 1937), além de jornais e publicações que circulavam à época. A análise do documento eugenista deve-se a sua importância como uma das principais ferramentas de divulgação dos ditames eugênicos e a sua propagação entre as elites econômica, política e intelectual do país. Além de ser um dos poucos documentos de relevância nacional que visava uma presença constante das ideias eugenistas entre a população (sua publicação ocorria mensalmente e de forma gratuita), a ideia de elaborar um periódico visando propagar os ideais eugênicos entre o povo vem ao encontro da importância que aquele vinha adquirindo neste contexto. Segundo De Luca (1999, p. 36-37)

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial. Consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras.

Desta forma, a criação de uma publicação de fácil acesso e de boa compreensão fez com que o *Boletim de Eugenia (1929-1933)* se tornasse cada vez mais presente entre a população, especialmente entre os mais abastados. Todavia, a análise deste documento em específico também considera a importância da propaganda para os movimentos eugenistas mundiais, inclusive para o seu “criador”. Segundo Kern (2020, p. 6), citando Galton (1988, p. 170),

Nas formulações seminais do próprio Galton, considerado o “pai” da eugenia, já estava presente esse traço característico dos diferentes movimentos eugenistas que,

posteriormente, surgiriam em diferentes países, qual seja, a enorme importância da propaganda. A propaganda, foi a principal forma de legitimar politicamente a aplicação das ideias eugenistas, pois, através de sua permanente divulgação pública, os pressupostos do melhoramento racial se tornariam socialmente aceitáveis: “Primeiramente, deve-se ser familiarizada como questão acadêmica, até que haja sido compreendida e aceita, de fato, em sua exata importância; segundo, deve ser conhecida como matéria cujo desenvolvimento prático merece uma séria consideração; terceiro, deve ser introduzida na consciência nacional como nova religião”

Sendo assim, visando constituir essa “nova religião” da humanidade através da conscientização eugênica, o periódico eugenista assumia um dos principais pontos da eugenia ao ser criado: a propaganda. Segundo Léo Neto (2021, p. 5),

No boletim eram veiculadas divulgações de livros escritos por membros das Sociedades Eugênicas, comunicações de pesquisas (com temas que abarcavam questões sobre educação, psicologia, hereditariedade, zoologia e botânica) e notícias pontuais (traduções de pequenos comunicados veiculados em outras publicações estrangeiras, convites para os concursos de Eugenia, listas das sociedades eugênicas existentes em outros países, acontecimentos políticos, opiniões e até mesmo pequenas crônicas).

A eugenia foi uma teoria social, com fortes conotações raciais, criada e desenvolvida pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), a qual buscava o melhoramento e a “pureza” da raça humana através de ações consideradas positivas ou negativas. No Brasil, recebeu inúmeras interpretações, sendo inicialmente atrelada ao movimento sanitarista-higienista tão em voga na época. Estes acreditavam que melhorando as condições sanitárias e de higiene da população nacional, exaurindo doenças hereditárias (venenos raciais) e o analfabetismo, poderiam consequentemente melhorar as gerações subsequentes e assim melhorariam a raça. Desta forma, nessa visão neolamarckista de hereditariedade, “nutrir e curar uma geração adoentada pode favorecer as novas gerações e, consequentemente, melhorar a raça, promovendo a eugenia” (Souza, 2018, p. 332). Todavia, com o passar das décadas o movimento assume um posicionamento mais determinista, de vertente mendeliana, perante as supostas debilidades da população, se tornando cada vez mais radical em suas proposições. Portanto, como apresentado acima, o movimento eugenista brasileiro era dividido entre dois grupos distintos, mas muitas vezes complementares: neolamarckistas e mendelianos. O primeiro grupo, composto por médicos e sanitaristas, acreditava que melhorando as condições de vida da população nacional, acabariam com as mazelas que tornavam o povo brasileiro “inferior”. Já o segundo grupo, também composto por médicos, acreditava nas características inatas, assumindo um caráter cada vez mais determinista, explicitado na frase de Renato Kehl (1929, p. 1): “Quem é bom já nasce feito!”. Concebida e desenvolvida como uma solução salvacionista para a melhora de um país “degenerado” por sua raça, a eugenia - juntamente com outras teorias raciais -, auxiliou na conformação e na condução de condutas visando obter sujeitos eugenizados. Para isso, lançou mão da educação como ferramenta primordial em sua empreitada, auxiliando na criação de uma consciência eugênica nacional. Considerando a instituição escolar como “o espaço por excelência da circulação de verdades sobre o sujeito” (Silva, 2014, p. 903), no caso eugenista, verdades sobre a raça, através da educação criava-se “novos aportes para a construção de sujeitos eugênicos” (Silva, 2014, p. 904). Esta educação era dividida em quatro âmbitos distintos: sexualidade (o que incluía a educação matrimonial), higiene, moralidade e física. Através da condução das condutas, acreditava-se que para fazer com que o povo

aderisse à ações mais radicais e impopulares, primeiramente deveria-se criar uma aceitação dessas ideias na população através do convencimento sobre as qualidades e “defeituosidades” de cada cidadão.

Desta forma, e tendo como foco o Brasil e suas implicações, utilizo Michel Foucault (1926-1984), Berenice Bento (1966-) e as teorizações do eugenista Renato Kehl (1889-1978) visando trazer mais sustentação teórica para este trabalho. A dissertação lança mão dos conceitos de Biopolítica, Racismo de Estado, dispositivo de sexualidade e necrobiopolítica para problematizar e propor que a eugenia no Brasil possui determinadas marcações que criam uma teoria singular no país, fazendo com que ainda haja permanências na sociedade contemporânea, além de atravessarem até mesmo teorias correlatas que buscam abdicar destes marcadores. Sendo assim, compreendo a eugenia clássica como uma manifestação biopolítica, preocupando-se com a fecundidade, mortalidade e saúde pública da população, mas também incentivando a sobrevivência daqueles considerados como os mais “aptos”, enquanto comete o assassinio indireto - muitas vezes direto - dos “inaptos”. Essa cesura feita dentro do próprio corpo-espécie através da biopolítica, é realizada com o auxílio de um segundo conceito foucaultiano: O Racismo de Estado. Dividindo a população em subgrupos, os quais serão concebidos como raças, “são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Foucault, 1999, p. 306). Tendo isso em vista, e considerando que a hereditariedade está no cerne do debate, o dispositivo de sexualidade será utilizado, visando a perpetuação de gerações sadias, mas também a eliminação de gerações “degeneradas”.

Desta maneira, segundo Foucault (1999, p. 88),

[...] a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de ‘responsabilidade biológica’ com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie.

Todavia, visando problematizar a singularidade dos debates realizados no Brasil, compreendo a eugenia no país dentro do espectro da necrobiopolítica (especialmente após a radicalização do movimento em finais do decênio de 1920), onde o assassinio sistemático das populações mais pobres (especialmente pretas e pardas) e as propostas de esterilização para aqueles “racialmente inferiores”, faz com que haja uma compreensão distinta do movimento aqui que em outras partes do mundo. Apesar de dialogar diretamente com os movimentos eugênicos alemão e norte americano, compreendo a eugenia brasileira com aspectos distintos aos demais. Conforme Berenice Bento (2018, p. 4), “necropoder e biopoder (vida matável e vida vivível) são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-nação”, tendo em vista que “um país que por 388 anos extraiu sua riqueza de ‘sombras personificadas’ (Mbembe, 2014) não pode deslocar ‘vida’ de ‘morte’”. Por fim, o trabalho visa propor, com suas continuidades e descontinuidades, algumas permanências dos discursos eugênicos na atualidade, fazendo relação com os pressupostos desenvolvidos no *Boletim de Eugenia (1929-1933)*. A compreensão que o modus operandi racializado empreendido pela polícia militar brasileira, a escolha de “bons imigrantes” para habitar o país, a suposta fecundidade e promiscui-

dade presente entre os mais pobres, além de algo que denominei como *Nova-genia racializada*, são algumas das permanências que proponho durante o desenvolvimento do respectivo trabalho. Desta forma, o respectivo trabalho se justifica através da análise do passado, com destaque para o poder de subjetivação empreendido pelo movimento eugenista através da educação, mas também para complexificar e buscar entender - mesmo que brevemente - algumas racionalidades ainda presentes na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Eugenia; Biopolítica; Necrobiopolítica; Boletim de Eugenia; Racismo de Estado.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **cadernos pagu (53)**, 2018:e185305.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade saber**. Rio de Janeiro,. Graal, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

KEHL, Renato. **Boletim de Eugenia**. 1929-1932. Rio de Janeiro.

KERN, Gustavo da Silva. A educação eugênica nos Annaes de Eugenia. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 305-321, jan./abr. 2020.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. Divulgação e Educação Científica Racista no Boletim de Eugenia (1929–1933): Uma Análise Crítica com Vistas a Contribuir para uma Educação em Ciências Contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 21, p. 1 - 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/24750>

ROCHA, Simone. **Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. 2010. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Programa de Pós-Graduação em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Mozart Linhares da. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014. DOI: 10.21723/riee.v8i4.5070. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SOUZA, José Wellington. O Jeca doente de Problema Vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 23, n. 44, p. 325-344, jan.-/jun. 2018